



CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

CNPJ 17.504.325/0001-04

Relatório da Administração 2023

Mensagem da Administração

Com grande alegria, as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais ("CeasaMinas") celebra um marco extraordinário em sua história empresarial, são 50 anos de dedicação insubstituível ao fornecimento de alimentos frescos e ao fomento do desenvolvimento econômico em Minas Gerais e no Brasil.

Sobre a CEASAMINAS

As Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A - CeasaMinas criada na forma da Lei Estadual nº. 5.577, de 20 de outubro de 1970 é uma sociedade de economia mista com 99,57% das ações ordinárias nominativas pertencentes à União Federal.

Table with 8 columns: Grupo/Subgrupo/Setor, Conta e Região, Uberlândia, Juiz De Fora, Governador Valadares, Caratinga, Barbacena, Total. Rows include Olerícolas, Frutas, Frutícolas, Importadas, Aves, Ovos, Produtos Industrializados, etc.

Fonte: SECIM/DETEC/CEASAMINAS - Elaboração: SEAGRO/DETEC/CEASAMINAS. Como anteriormente citado, o ano de 2023 testemunhou uma significativa movimentação financeira nas unidades da CeasaMinas, refletindo a dinâmica do mercado e a demanda por diversos grupos de produtos.

Modelo de Negócios

As receitas da Companhia são oriundas das concessões públicas dos espaços de comercialização a empresários que desejam se instalar nos entrepostos e também de produtores rurais que têm na estatal uma das formas de escoamento de sua produção, ou seja, a estatal não realiza a comercialização de mercadorias, a sua receita operacional vem única e exclusivamente das tarifas cobradas pela utilização de seus espaços pelos agentes retromencionados.

Table with 4 columns: Receita Bruta Anual, 31/12/2023, %, 31/12/2022. Rows include Tarifa de uso - Boxe, Receitas dos MLP's, Tarifa de administração, etc.

Fatores Micro e Macro econômicos

O ano de 2023 foi marcado por uma série de eventos econômicos significativos, tanto no cenário internacional quanto no Brasil. No contexto global, a recuperação econômica pós-pandemia continuou a ser uma prioridade para muitos países, enquanto enfrentavam desafios como a escalada das tensões geopolíticas e a volatilidade nos mercados financeiros.

Resultados Financeiros

Table with 4 columns: Índices, 31/12/2023, %, 31/12/2022. Rows include Liquidez corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante), Liquidez imediata, etc.

Os índices de liquidez e o capital de giro são métricas cruciais para a saúde financeira e a capacidade de solvência de uma Companhia. A liquidez corrente, que expressa a capacidade da Companhia em quitar suas obrigações de curto prazo com seus ativos de curto prazo, apresentou uma queda de 32,81%, passando de 3,76 em 2022 para 2,53 em 2023.

líquido, fundamental para manter as operações em funcionamento e financiar as atividades diárias da Companhia, apresentou uma queda de 0,47%, atingindo o montante de R\$ 38.985. É importante ressaltar que a Administração tem trabalhado diligentemente para melhorar esses indicadores, implementando estratégias eficazes de gestão financeira e otimização de recursos.

Table with 4 columns: Valores apresentados em R\$ mil, Ebitda, 31/12/2023, %, 31/12/2022. Rows include Lair, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Depreciação e amortização, Ebitda.

Resultado do Exercício 2023 e 2022

O ano de 2023, revelou-se como um ano de desafio substancial, com um prejuízo de (R\$ 6.936). Esse resultado negativo, embora preocupante, é reflexo de uma série de fatores que impactaram as finanças da Companhia ao longo do ano. Um dos principais pontos que contribuíram para o prejuízo foi o aumento nas despesas gerais e administrativas, que registraram um crescimento significativo de 31,32% em relação ao período anterior.

Table with 4 columns: Valores apresentados em R\$ mil, Receita bruta, Deduções da receita, Despesas gerais e administrativas, Despesas com contingências, etc.

Recursos Humanos

Entendemos que para uma determinada Companhia obtenha sucesso em suas atividades, tudo começa com o sucesso da equipe. Para isso, a CeasaMinas busca de forma constante o aperfeiçoamento e qualificação de seus colaboradores, bem como o fornecimento de um local de trabalho seguro, administrado e inclusivo, no qual permita aos nossos colaboradores prosperar e ter um futuro melhor.

Table with 3 columns: Local, Quantidade. Rows include Barbacena, Caratinga, Contagem, Juiz de Fora, Uberlândia, Governador Valadares, Total.

Nos últimos dois anos, a Companhia sofreu pouca modificação em seu quadro de funcionários conforme demonstrado no quadro abaixo:

Table with 4 columns: Indicadores sobre o corpo funcional, 2023, 2022, %. Rows include Admissões no período, Demissões no período, Deficientes, Estagiários, Jovens aprendizes.

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Table with 4 columns: Ativo Circulante, Não circulante, Total do Ativo, Passivo Circulante, Não circulante, Total do passivo e patrimônio líquido. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Table with 4 columns: Nota, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include RECEITA LÍQUIDA, RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, Despesas gerais e administrativas, etc.

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Table with 4 columns: Lucro líquido (prejuízo) do exercício, Outros resultados abrangentes, Resultado abrangente de exercício.

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Table with 4 columns: Capital social, Prejuízos acumulados, Total. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2021, Lucro líquido do exercício, Reversão de dividendos propostos, etc.

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

No planejamento estratégico a Companhia constantemente busca o aperfeiçoamento de nossos colaboradores através da execução de cursos e treinamentos para líderes, coordenadores, e diretoria com o objetivo de tornar a CeasaMinas cada vez mais relevante no que tange a uma prestação de serviços de qualidade a todos os nossos clientes e fornecedores.

Table with 3 columns: Descrição, Quantidade de colaboradores treinados, Área. Rows include Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, CIPA - NR 05, CIPA - NR 05, etc.

Adicionalmente, a área de Recursos Humanos atua respeitando leis e normas locais, com suporte com incentivo a novos talentos, contratação e manutenção de colaboradores, seguindo padrões que atendem à cultura corporativa da Companhia.

Sustentabilidade

A atividade desenvolvida pela CeasaMinas, inevitavelmente gera impactos ambientais. Neste contexto, comprometida com a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental, a Companhia busca manter um ambiente saudável e equilibrado, alinhado com a Política Nacional do Meio Ambiente. Na unidade de Contagem, a administração dos recursos naturais é conduzida com medidas que visam racionalizar seu uso e reduzir os impactos ambientais negativos.

Investimentos, Pesquisa e Desenvolvimento, e Planejamento Estratégico

A Administração da Companhia tem o compromisso de realizar investimentos de forma criteriosa, garantindo o equilíbrio financeiro da CeasaMinas e preservar sua continuidade operacional. Nesse sentido, em 2023 a Companhia investiu o valor de R\$ 1.489 mil destinado à aquisição de imobilizado, de forma cuidadosamente avaliada e planejada.

Governança Corporativa

A Assembleia Geral é o órgão máximo da CeasaMinas, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto. O Conselho de Administração é órgão de deliberação estratégica e colegiada da Companhia e deve exercer suas atribuições considerando os interesses de longo prazo da mesma, os impactos decorrentes de suas atividades na sociedade e no meio ambiente e os deveres fiduciários de seus membros.

Demonstrações dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Table with 4 columns: Fluxo de caixa das atividades operacionais, Lucro líquido (prejuízo) do exercício, Ajustes por: Amortização, Provisão (reversão) para perda de crédito esperadas, Despesas com contingências, Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto de renda e contribuição social, Lucro (prejuízo) do exercício ajustado, (Aumento) redução nos ativos: Contas a receber de clientes, Estoques, Adiantamentos, Tributos a recuperar, Depósitos judiciais, Outros ativos, Aumento (redução) nos passivos: Fornecedores, Obrigações sociais, Obrigações tributárias, Pagamento de contingências, Outros passivos, Pagamento de imposto de renda e contribuição social, Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Aquisição de intangível e imobilizado, Instrumentos financeiros, Caixa restrito, Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento, Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa, Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício, Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício.

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Ediminas S A Editora Grafica Industrial De Minas. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1F14-AAFF-0C0A-FFBA.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS Página 2/3

Demonstrações do valor adicionado
31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS	66.337	58.942
Serviços e concessionários de uso	67.732	66.464
Outras receitas	-	86
Estimativa de perda com créditos de liquidação duvidosa	(1.395)	(7.608)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(36.961)	(19.491)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(36.451)	(18.597)
Despesas financeiras	(510)	(894)
VALOR ADICIONADO BRUTO	29.376	39.451
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	-	(4)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	29.376	39.447
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	7.760	8.175
Receitas financeiras	7.760	8.175
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	37.136	47.622
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	37.136	47.622
Pessoal	33.581	23.793
Remuneração direta	21.822	14.977
Benefícios	10.115	7.621
FGTS	1.644	1.195
Impostos e contribuições	10.491	13.348
Federais	10.411	13.271
Municipais	80	77
Remuneração de Capitais Próprios	(6.936)	10.481
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(6.936)	10.481

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
As Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A - ("CEASAMINAS" ou "Companhia"), sociedade de economia mista constituída sob a forma de capital fechado é uma sociedade por ações regida pelo estatuto, especialmente, pela Lei de criação Estadual nº 5.577, de 20 de outubro 1970, pelas Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais legislações aplicáveis. Sob controle acionário da União Federal, a Companhia tem como compromisso estatutário, entre outros, executar, por meio da implantação, instalação e administração de entrepostos atacadistas, a política de abastecimento no Estado de Minas Gerais, visando orientar e disciplinar a comercialização e distribuição de hortifrutigranjeiros e outros produtos alimentícios sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As demonstrações financeiras da Companhia consolidam o movimento financeiro dos entrepostos localizados nos municípios de Barbacena/MG, Uberaba/MG, Uberlândia/MG, Governador Valadares/MG, Juiz de Fora/MG, Caratinga/MG e Contagem/MG. Além disso, consolidam a política Estadual de Desenvolvimento Agrícola estabelecida por meio da Lei nº 11.405/1994 do Estado de Minas Gerais, especialmente às determinações contidas na Seção XI, artigos 51 a 58, consoante que o poder público deverá promover o abastecimento interno e implantar programa em relação aos mercados livres de produtores junto às Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A. Cabe salientar, que a Lei nº 12.422/1996 do Estado de Minas Gerais autorizou ao respectivo Poder Executivo alienar sua participação acionária na CEASAMINAS para a União Federal à exceção do domínio e da posse relativa aos bens necessários à preservação do Mercado Livre do Produtor e a coordenação e controle da política de abastecimento no Estado de Minas Gerais, conforme estatuído no parágrafo único do artigo 2º. Neste contexto, o Decreto nº 40.963/2000 do Estado de Minas Gerais, regulamentador da cidade Lei nº 12.422/1996, discriminou os bens que o Estado de Minas Gerais manteria sob seu domínio e posse localizados no interior dos entrepostos da CEASAMINAS. Para tanto, o Estado de Minas Gerais e a Companhia firmaram Termo de Cooperação objetivando garantir o funcionamento pleno das unidades dos Mercados Livres dos Produtores - MLPs, por meio da delegação da gestão administrativa, financeira, contábil e técnico-operacional dos espaços à CEASAMINAS, logo, os Mercados Livres dos Produtores - MLPs são indispensáveis à política de abastecimento do Estado de Minas Gerais.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia, aprovadas pela respectiva Diretoria Executiva em 26 de abril de 2024, foram elaboradas no curso normal de negócios, não sendo identificada, pela Administração da Companhia, nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade financeira, operacional e a continuidade de suas atividades nos próximos 12 meses. A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC em consonância às diretrizes do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.1 Moeda funcional:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são classificados conforme os respectivos prazos de realização, sendo demonstrados (i) ao custo de aquisição, (ii) acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios e (iii) deduzidos, quando aplicáveis, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização. **3.2. Contas a receber de clientes:** Os créditos a receber de clientes são decorrentes dos contratos de concessão de uso remunerado com terceiros e estão registrados pelo valor original, reconhecendo, quando aplicável, as atualizações com base em índices contratuais deduzidos da provisão para perdas de crédito esperadas. **3.3. Imobilizado:** O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na legislação fiscal. **3.3.1 Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment"):** A Companhia tem como política verificar se há evidência objetiva de que o ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros puderem ser estimados de maneira confiável.

3.4. Intangível: O ativo intangível, composto por marcas e direitos de uso, é demonstrado pelo custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pela vida útil estimada de 20% ao ano de acordo com a legislação fiscal. **3.5. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. **3.6. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício financeiro. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional (i) de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes. **3.7. Provisões:** Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. Nessas circunstâncias, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte (exemplo: por força de um contrato de seguro), o reembolso é reconhecido como um ativo separado (mas apenas quando for praticamente certo). A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado líquido de qualquer reembolso. **Provisões para contingências:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, civil e trabalhista. Com base em pareceres jurídicos e considerando que os procedimentos adotados pela Companhia guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, é constituída provisão nos casos em que os riscos são considerados prováveis. A Administração da Companhia, com base nos dados que lhes são apresentados pela equipe técnica competente, acredita que as provisões são suficientes para fazer face às perdas estimadas para essas contingências. **3.8. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o decurso de tempo de trabalho desses respectivos empregados. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função do tempo de trabalho prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.9. Reconhecimento de receitas:** A receita de serviços inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. **3.10. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e as despesas financeiras da Companhia compreendem, essencialmente: (i) rendimentos de aplicações financeiras; (ii) receita e despesa de juros; (iii) receitas de multas contratuais e (iv) variações monetárias. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado do período de competência. **3.11. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas em conformidade ao pronunciamento contábil CPC 06 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração do valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09/INBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e apresentada como informação suplementar. **3.12. Arrendamento:** A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa sua taxa incremental de captação. As taxas incrementais de captação dependem do prazo, moeda e data de início do arrendamento e poderá ser considerada mediante a taxa de juros disponível no mercado para um ativo de mesma natureza e característica. Em 2023, a Companhia efetuou inventário físico e análise de todos os contratos de arrendamento mercantil de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Não foi efetuado nenhum registro de arrendamento em função dos contratos efetuados pela Companhia possuírem prazo igual ou inferior a 12 meses.

4. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2023, as respectivas alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração quando aplicáveis a Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras no que tange a sua aplicação:

Alteração

Pronunciamento	Alteração
Alterações a IFRS 3/CPC 15 (R1)	A referida alteração traz mudanças referente à Estrutura Conceitual de 2018, nas quais também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adote a IAS 37 (CPC 25) com o objetivo de determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados.
IFRS 17 - Contratos de Seguro	O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável) • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2	As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)) - Apresentação das demonstrações contábeis e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas suas demonstrações financeiras.
Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12	As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12. As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

5. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes estava assim demonstrado nos respectivos períodos:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	25	24
Bancos conta movimento	195	128
Aplicações financeiras (i)	47.700	39.263
	47.920	39.415

i) As aplicações financeiras são remuneradas pelas taxas médias entre 89,45% a 112,33% em 31 de dezembro de 2023 (79,34% a 99% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). São aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e com vencimentos originais de até 90 dias.

6. Contas a receber de clientes

O saldo das contas a receber da Companhia pode ser assim demonstrado:

	31/12/2023	31/12/2022
Valores a receber de clientes	27.460	24.104
Acordos com clientes (i)	4.812	4.504
Subtotal	32.272	28.608
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(19.928)	(18.533)
	12.344	10.075

Circulante 11.742 10.075
Não circulante 602 -

(i) Os acordos com clientes referem-se a inadimplentes que repactuam seus débitos junto à Companhia sobre títulos vencidos. A variação dos períodos ocorreu em função da repactuação dos montantes junto a estes e outros inadimplentes.

A posição do contas a receber, por idade de vencimento, é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	10.721	9.735
Vencidos até 30 dias	539	642
Vencidos até 60 dias	744	1.098
Vencidos até 90 dias	340	228
Vencidos até 180 dias	726	710
Vencidos acima 180 dias	19.202	16.195
Total	32.272	28.608

b) Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas

O quadro abaixo apresenta a movimentação ocorrida nos respectivos períodos:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(18.533)	(10.925)
(+) Constituição	(2.591)	(7.608)
(-) Reversão	1.196	-
Saldo final	(19.928)	(18.533)

7. Outros ativos circulantes

Resultado RDC - Recuperação Despesa Comuns (a) 3.065 2.575
Vale-transporte e alimentação 585 224
Vina Equipamentos e Construções Ltda. (b) 235 235
Outros ativos 135 71
4.020 3.105

a) A Companhia firma contratos de concessão de uso mediante prévio processo licitatório (anteriormente embaixado na lei 8.666/93 e atualmente pela Lei 13.303/16), onde concede espaço físico imobiliário por um prazo de 20 a 25 anos com os usuários dos entrepostos sobre seu controle. Os aluguéis contatos preveem tarifa de uso para utilização dos espaços concedidos calculada conforme o m² (metro quadrado) disponibilizado. Os contratos de concessão de uso preveem uma segunda tarifa denominada "Ratêio de Despesas Comuns - RDC", cujo objetivo é custear as despesas de manutenção do espaço físico dos entrepostos utilizadas por todos os concessionários e abaixo discriminadas: - Iluminação Pública de uso comum; - Manutenção em Edificações; - Manutenção em instalações (rede fluvial, rede elétrica, arreamento, jardinagem e trânsito de veículos); - Água e esgoto; - Pessoal próprio e terceirizado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou déficit das operações com RDC - Recuperação de Despesas Comuns, saldo devedor apurado em Conta Gráfica relativa ao "Ratêio de Despesas Comuns - RDC" relativas aos entrepostos de Barbacena/MG, Caratinga/MG e Governador Valadares/MG. b) Refere-se a serviços que serão absorvidos pelo "Ratêio de Despesas Comuns RDC".

8. Caixa restrito (aplicação financeira)

Em 02 de maio de 2023 a Companhia realizou seguro garantia judicial para execução trabalhista no processo nº. 0010346-49.2016.5.03.0031, mantido pelo Sindicato dos Advogados de Minas Gerais, em ação judicial dos advogados funcionários da CeasaMinas, pleiteando redução de jornada de trabalho, no valor de R\$ 7.402. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo atualizado perfazia o montante de R\$8.108 junto ao banco Bradesco S.A.

9. Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia para o período de apresentação estava assim representado:

	Bens					Outros ativos	Urbanizações	Total
	Terrenos	Edificações	Instalações	Estado de Minas Gerais				
Em 31 de dezembro de 2021	1.430	-	-	-	-	-	-	1.430
Adições	-	-	-	-	2	-	-	2
Em 31 de dezembro de 2022	1.430	-	-	-	2	-	-	1.432
Adições	-	-	-	-	94	1.395	-	1.489
Em 31 de dezembro de 2023	1.430	-	-	-	96	1.395	-	2.921

(*) Refere-se a máquinas e equipamentos, máquinas de escritório, móveis e utensílios, aparelhos de telecomunicações, aparelhos de informática e imobilizados em andamento. Em 31 de dezembro de 2021, mediante reapresentação das demonstrações financeiras de 2019 a 2021 a Companhia constituiu perda por redução ao valor recuperável "impairment" o montante total de R\$ 26.050 cujos valores residuais não representavam com fidelidade a realidade da recuperabilidade destes ativos anteriormente publicado. Em outubro de 2022, a Companhia efetuou a contratação da Companhia especializada em gestão de imobilizado Avance Ativo Imobilizado Ltda. ("Avance"), com o objetivo de efetuar o levantamento de todo seu ativo imobilizado mediante inventário físico, bem como a respectiva vida útil remanescente destes ativos, a correta taxa de depreciação, como também a respectiva classificação contábil, e os itens que precisariam ser baixados seja pela inexistência e/ou sucateamento dos mesmos. A Companhia está em processo de revisão do relatório emitido pela Companhia Avance, e reconciliação dos valores dos ativos identificados, bem como levantamento de 100% da documentação suporte. Neste contexto, itens nos quais foram provisionados como redução ao valor recuperável ("impairment"), poderão retornar, com os correto dados necessários para validação da geração de benefícios econômicos destes respectivos ativos.

10. Fornecedores

Os saldos relativos a conta fornecedores estão apresentados pelos mais relevantes da Companhia. Todos mantendo contratos em consonância aos ditames das Leis 8.666/93 e Lei 13.303/16, para fornecimento de material e prestação de serviços, são eles:

	31/12/2023	31/12/2022
Cemig Geração e Transmissão S.A.	1.672	1.115
Prefeitura Municipal de Contagem	140	146
Construtora Terrayama Ltda.	59	59
Vina Equipamentos e Construções Ltda.	278	278
Segex Segurança Privada EIRELI.	302	279
Companhia Mineira de Computadores	63	82
Conservo Serviços Gerais Ltda.	379	392
JRL Engenharia Ltda.	94	100
Saneape Soluções Ambientais EIRELI.	563	509
Artebrilho Locação de Mão de Obra Temporária Ltda.	309	-
Santa Fé Serviços Ltda - EPP	166	-
Fornecedores diversos	802	724
	4.827	3.684

11. Obrigações sociais

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias	2.768	2.007
Participação de empregados - PLR (a)	143	143
Participação de administradores - PLR (a)	77	77
INSS a pagar	892	739
FGTS a pagar	216	164
INSS sobre férias	673	488
FGTS sobre férias	235	171
Outras obrigações sociais	82	52
	5.086	3.841

(a) As participações dos empregados no "Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PLR" e "Remuneração Variável dos Administradores - RVA" são previamente aprovadas pelo seu Conselho de Administração e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Companhias Estatais - SEST. A "Participação nos Lucros e Resultados - PLR" é calculada em 6% do resultado do exercício e não poderá ultrapassar 25% dos dividendos propostos, com base em índice e metas predefinidas; a "Remuneração Variável dos Administradores - RVA" estabelece as condições para que a diretoria executiva da estatal participe dos resultados da Companhia. Em 2023 e 2022, a Companhia não registrou provisão para a participação em função da absorção dos prejuízos acumulados.

12. Obrigações tributárias

O saldo referente as obrigações tributárias podem ser assim apresentadas:

	31/12/2023	31/12/2022
ISSQN a recolher	152	143
COFINS a recolher	453	390
PIS a recolher	88	82
IRRF a recolher	489	265
IRPJ e CSLL a pagar (b)	4.797	1.068
PIS/COFINS/CSSL sobre terceiros	1.156	596
Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) (a)	4.494	-
	11.629	2.544

(a) Refere-se a contabilização dos valores do IPTU relativo à regularização das áreas remanescentes da Companhia. (b) Durante o exercício de 2023 a Companhia efetuou revisão detalhada das suas obrigações tributárias resultando em um efeito líquido de R\$2.323.

13. Outros passivos circulantes e não circulantes

	31/12/2023	31/12/2022
Crédito de usuários (a)	421	236
Assoc. Comerciantes Uberlândia ACCU	260	160
CONVAB - Cia Nacional de Abastecimento (b)	76	125
CONAB - Cia Nacional de Abastecimento (b)	575	575
Conta Gráf. Rec. Desp. Comuns (c)	536	1.340
Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros das Ceasas do Estado de Minas Gerais	98	279
ACEASA	457	444
Conta Gráf. Rec. Desp. Comuns-Juiz de Fora (c)	-	392
Conservo Serviços Gerais Ltda.	710	180
Segex Segurança Privada Eireli.	313	-
Artebrilho Locação de Mão de Obra Temporária Ltda.	102	-
TOTVS S.A.	88	-
Outras contas a pagar	413	700

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS CNPJ 17.504.325/0001-04

estabelecidos em seu entreposto comercial, seja pela intermediação da mão de obra, nos moldes da Lei 12.023/09, pelo sindicato representativo dessa categoria profissional, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil por trabalhador exercendo atividade em situação irregular.

15. Crédito Estado de Minas Gerais (Áreas Reservas Lei 12.422/96 -MG) O Decreto Estadual nº. 40.963 de 22 de março de 2000, que disciplina o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº. 12.422, de 27 de dezembro de 1996, autoriza o Poder Executivo de Minas Gerais a reservar áreas destinadas aos Mercados Livres do Produtores de Minas Gerais.

Table with 4 columns: Acionista, Número de ações, Participação %, Valor. Rows include União Federal, Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/MG, etc.

16.2. Dividendos propostos: Conforme artigo 59 do Estatuto Observadas às disposições legais, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: I. Absorção de prejuízos acumulados; II. 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; III. No mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pela Companhia.

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include Receitas de serviços, Tarifas de uso, Receitas dos MLP's, etc.

RECEITA LÍQUIDA 62.513 61.366 a) Tarifa de Uso - A receita relativa à "tarifa de uso - box" registrou o efeito comparativo dos períodos findos em 2022 e 2021 (com reconhecimento pelo regime de competência da receita, principal fonte de recurso da Companhia), e são originárias dos Contratos de Concessão de Uso em obediência à Lei n. 8.666/93, substituída pela Lei n. 13.303/16.

decorre do valor cobrado para concessão de uso de espaços determinados nos entrepostos da Companhia. e) Receitas dos Mercados Livres do Produtor - MLP's - Refere-se à permissão de áreas delimitadas nos Mercados Livres do Produtor - MLP's dos entrepostos da Companhia para a exposição e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros pelos Produtores Rurais.

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include Gastos com pessoal, Energia elétrica, Locação, etc.

a) Em 22 de maio de 2023, a Companhia juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal no estado de Minas Gerais - SINDSEP-MG, aprovaram o reajuste acumulado no índice de 25,69% para o período de 2022/2023.

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include Receitas financeiras, Juros e multas, Rendimentos de aplicações financeiras, etc.

20. Impostos correntes (Imposto de renda e contribuição social) A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social (calculadas pela aplicação das alíquotas vigentes) e os valores refletidos nos resultados dos exercícios encerrados, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão abaixo demonstrados:

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include Lucro antes do IR e CSLL, Adições, Provisão de contingências, etc.

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include Remuneração da Diretoria, Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.

22. Cobertura de seguros (não auditado) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém as seguintes apólices de seguros vigentes:

Table with 2 columns: Descrição, Limite máximo de indenização. Rows include Responsabilidade Civil Diretores, Demanda Trabalhista, Total.

23. Programa Nacional de Desestatização - PND Por estar incluída no PND, o BNDES passou a conduzir o processo de contratação de estudos técnicos especializados para aprofundamento das análises a fim de assegurar a adequada continuidade das ações visando a desestatização da Companhia.

24. Eventos subsequentes Em março de 2024, a Companhia sofreu um bloqueio em suas contas bancárias no valor de R\$7.887, referente ao processo junto a MGI - Minas Participações S.A. (ver nota explicativa 14.1.c) Contagem, 26 de abril de 2024.

ADMINISTRADORES Luciano José de Oliveira - Diretor Presidente Carlos Magno Ribeiro Costa - Diretor Financeiro Felipe Rodrigues Ávila - Diretor Técnico Operacional

PARECER CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Os membros do Conselho de Administração, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em especial do disposto no art. 142, V, da Lei Federal nº 6.404/76, art. 30, "inciso VII" do Estatuto Social da Ceasaminas, após análise da documentação pertinente, e em consonância com os relatórios do auditor externo independente e do Comitê de Auditoria Estatutário, APROVARAM COM RESERVAS as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 2023 e o Relatório de Administração 2023.

MARCIO CÂNDIDO ALVES - Conselheiro EDMILTON CERQUEIRA - Conselheiro GIOCONDA VIEIRA BREITAS - Conselheira HERONILTON DOS SANTOS SILVA - Conselheiro MARIA DA CONCEIÇÃO DANTAS MOURA - Conselheira

PARECER DO CONSELHO FISCAL O Conselho Fiscal da Centrais de Abastecimento de Minas Gerais - CEASAMINAS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em Reunião Extraordinária realizada nesta data, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração dos Fluxos de Caixa e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após aprovação com ressalva do Conselho de Administração - Consad, constante na Ata da 321ª Reunião Ordinária, de 24 de maio de 2024, e com base no Relatório dos Auditores Independentes, sobre as Demonstrações Contábeis, de 26 de abril de 2024, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da CEASAMINAS, exceto pelos efeitos e ressalvas: dos assuntos descritos no Parecer da Auditoria Independente no tópico "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", das Atas expedidas pelo COAUD ao longo do exercício de 2023 e das solicitações/recomendações não atendidas pela CEASAMINAS ao longo do exercício e da não entrega de documentos, registradas nas Atas das Reuniões Ordinárias do Conselho Fiscal. Este Conselho favorável às proposições de destinação do (prejuízo) do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e da programação do Orçamento de Investimentos 2024, conforme deliberações da 456ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva da Companhia.

LIZANE SOARES FERREIRA - Conselheira MÁRCIO DE ANDRADE MADALENA - Conselheiro HENRIQUE LOBO DE SOUZA PINHEIRO - Conselheiro

As Acionistas e Administradores das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. Belo Horizonte - MG

Opinião com ressalva Examinamos as demonstrações financeiras das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. ("CEASAMINAS" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para a opinião com ressalva" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva Ativo Imobilizado: Conforme mencionado na nota explicativa 9, a Companhia constituiu provisão para perda por redução ao valor recuperável ("impairment"), cujos valores residuais não representavam com fidelidade a recuperabilidade destes ativos. Adicionalmente, em outubro de 2022, a Companhia efetuou a contratação de Companhia especializada em gestão de imobilizado com o objetivo de efetuar o levantamento de todo seu ativo imobilizado mediante inventário físico, bem como a respectiva vida útil remanescente destes ativos, a correção taxa de depreciação, como também a respectiva classificação contábil, e os itens que precisarão ser baixados seja pela inexistência e/ou sucateamento dos mesmos. Conseqüentemente, não nos foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre o valor registrado contabilmente da provisão para perda por redução ao valor recuperável ("impairment"), bem como dos possíveis impactos referentes ao resultado do trabalho da Companhia especializada em gestão de imobilizado, e o processo de reconciliação efetuado pela Companhia até sua conclusão. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

ênfases 1. Programa nacional de desestatização - PND: Conforme mencionado na nota explicativa 23, a Companhia está incluída no Programa Nacional de Desestatização, com vista à sua privatização. Chamamos a atenção para o fato que quaisquer decisões do governo federal, sobre a desestatização

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

da Companhia, poderão vir a causar modificações de forma significativa nas demonstrações financeiras da mesma. 2. Cobertura de seguros: Conforme nota explicativa 22, a Companhia possui apólices de seguros para responsabilidade cível e ações trabalhistas. Chamamos a atenção para a Companhia não possuir cobertura de seguro para os ativos imobilizados. Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS e cuja a apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 26 de abril de 2024.

TATICCA Auditores Independentes S.S. - CRC ZSP-03.22.67/O-1 Octavio Romeu Roland Neto - Contador CRC- 1MG080487/O-4

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1F14-AAFF-0C0A-FFBA> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1F14-AAFF-0C0A-FFBA



Hash do Documento

PIBRnbXK9bnjksHXhA5DQ7nHa634H+XGJ63puU/xFDQ=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/08/2024 é(são) :

- Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) -
19.207.588/0001-87 em 09/08/2024 22:39 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA
INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

